





DOCUMENTO BASE

Nome da entidade formadora

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRANDELA

Morada e contactos da entidade formadora

Morada: Rua D. Afonso III,

Código Postal: 5370-408 Mirandela

Telefone: 278 201 350 Fax: 278 265 614

Fax: 278 265 614

Correio eletrónico: aemsecretaria@gmail.com

Nome, cargo e contactos do responsável da entidade formadora

Vítor José Esteves

Diretor do Agrupamento de Escolas de Mirandela

Correio eletrónico: <u>aemdirecao@gmail.com</u>

Aprovado em reunião do Conselho Pedagógico do AEM em 3 de junho 2020















AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRANDELA



DOCUMENTO BASE

Implementação do sistema de Qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional (EQAVET)













Conteúdo

1	IN ⁻	ΓRODU	JÇAO	4
2	AP	RESEN	ITAÇÃO DA ESCOLA	5
	2.1	Nat	ureza da instituição e seu contexto	5
	2.2	Mis	são, Visão, objetivos estratégicos e princípios/valores da instituição	6
	2.2	2.1	Missão	6
	2.2.2		Visão	6
	2.2.3		Objetivos estratégicos	6
	2.2.4		Princípios e valores	7
	2.3	Estr	utura orgânica da instituição e cargos associados	7
	2.4	Part	es interessadas relevantes para a gestão e melhoria da oferta de EFP	8
	2.4.1		Identificação das Partes Interessadas Relevantes	8
	2.4	.2	Resposta à identificação das necessidades e expetativas das partes interessadas	9
	2.5	Ider	ntificação da oferta de educação e formação profissional de nível IV para jovens	10
2.6 Síntese descritiva da situação inicial da instituição face à garantia da qualidad tomadas no que se refere à conformidade com o Quadro EQAVET e análise SWOT		ese descritiva da situação inicial da instituição face à garantia da qualidade e das op o que se refere à conformidade com o Quadro EQAVET e análise SWOT	-	
	2.6.1 opções to		Síntese descritiva da situação inicial da instituição face à garantia da qualidade e omadas no que se refere à conformidade com o Quadro EQAVET	
	2.6	5.2	Análise SWOT	12
3	SIS	TEMA	DE GARANTIA DA QUALIDADE DE ALINHAMENTO COMO QUADRO EQAVET	14
	3.1 contí		codologias de participação e envolvimento das partes interessadas para a mella oferta de EFP	
	3.2 quad		ntificação das responsabilidades atribuídas no âmbito da garantia da qualidad nstituição	
	3.2.1		Partes Interessadas Internos:	15
	3.2	2.2	Partes Interessadas Externos:	15
	•		etivos, indicadores e metas a alcançar na gestão da oferta de EFP a partir dos obje s e estratégias de monitorização	
	3.4	Res	ultados alcançados e melhorias a introduzir na gestão da EFP	17
	3.5	Ider	ntificação dos descritores EQAVET/práticas de gestão a utilizar	19
	3.6	Forr	mas e periodicidades para a divulgação de melhorias da oferta de EFP	20
4	Со	nclusõ	es	21











1 INTRODUÇÃO

Os Cursos Profissionais são percursos do nível secundário de educação destinados a jovens com a finalidade de obter a qualificação de nível IV do Quadro Nacional de Qualificações (o ensino secundário e certificação profissional), caracterizados por uma forte ligação com o mundo profissional.

Com o intuito de melhorar a Educação e Formação Profissional (EFP) no espaço europeu surge em 18 de junho de 2009 o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais, abreviado, Quadro EQAVET. Este Quadro traduz-se numa ferramenta comum para a gestão da qualidade nos estabelecimentos de ensino. Assenta numa forte articulação entre o operador de EFP e as partes interessadas, no desenvolvimento, monitorização, avaliação e melhoria contínua da eficiência da oferta. A sua implementação é estratégica para o reforço da confiança, credibilidade, atratividade, envolvimento e notoriedade das modalidades de dupla certificação e do operador.

Adita que a melhoria contínua do Quadro EQAVET virá de uma monitorização e avaliação de processos de autoavaliação e heteroavaliação, onde neste último caso, a participação de todas as partes interessadas confere grande centralidade.

O envolvimento das Partes Interessadas (internas e externas), de acordo com referencial para o alinhamento com o Quadro EQAVET, representa um dos quatro princípios determinantes para o reforço da qualidade. Associa-se: (i) a visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão da EFP; (ii) melhoria contínua da EFP utilizando os indicadores selecionados; e (iii) utilização das quatro fases do ciclo da qualidade (Planeamento, Implementação, Avaliação e Revisão).

Assim, é intenção do Agrupamento de Escolas de Mirandela implementar e alinhar o seu sistema de gestão da qualidade com o Quadro EQAVET. A elaboração deste documento base está organizado em duas partes: a primeira, referente à caracterização da Instituição e a segunda, ao processo de alinhamento do sistema de gestão da qualidade com o Quadro EQAVET.













2 APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

2.1 Natureza da instituição e seu contexto

O Agrupamento de Escolas de Mirandela é um Mega Agrupamento criado em Julho de 2012 e é constituído pelas Escolas Secundária com 3º ciclo do Ensino Básico de Mirandela — escola sede do agrupamento, na qual foram integrados os dois agrupamentos existentes no concelho: Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro e Agrupamento de Escolas de Torre de Dona Chama. Possui unidades escolares em seis freguesias — Mirandela, Torre de Dona Chama, Frechas, Romeu, Passos e Pereira, num raio de aproximadamente 24 km.

Em relação ao aspeto demográfico, nas últimas décadas deu-se um decréscimo da taxa da natalidade, decréscimo de jovens e consequentemente envelhecimento da população. Parte da população abandona a sua terra, deslocando-se para "os grandes centros" ou cidades vizinhas à procura de melhores condições de vida.

Para além disso, verifica-se a saída de pessoas – emigrantes – alguns deles em sistema de contratação sazonal. Podemos caraterizar o nível económico da população escolar carenciado, o nível cultural baixo e o nível social modesto. No entanto, é de salientar os aspetos gastronómicos riquíssimos desta região, nomeadamente as alheiras e os enchidos em geral, a genuinidade das carnes e a caça. De referir também a beleza inóspita das paisagens e da riqueza arquitetónica ligada ao turismo (rural e de habitação).

Consciente do perfil da população discente que serve, o AEM promove cursos profissionalizantes desde 2005/06 a partir de um diagnóstico dos interesses dos alunos e mediante os recursos disponíveis na escola cruzado com as necessidades do mercado de trabalho, tendo em conta a rede de oferta formativa definida para a CIM Terras de Trás-os-Montes pela ANQEP e pela DGEstE.

A melhoria contínua da formação profissionalizante tem vindo a ser reconhecida por algumas das instituições parceiras traduzindo-se em oportunidades de estágio profissionalizante / trabalho e no seguimento de estudos em Cursos Técnicos Superiores Profissionais – CteSP, do Instituto Politécnico de Bragança (IPB).

Tendo consciência da importância da oferta formativa profissionalizante, para a escola, alunos e dinâmica local, é ponto central da visão do agrupamento a oferta de um ensino profissional de qualidade pelo que se compromete no desenvolvimento de um modelo de garantia da qualidade enquadrado pela EQAVET.













2.2 Missão, Visão, objetivos estratégicos e princípios/valores da instituição

2.2.1 Missão

O Agrupamento de Escolas de Mirandela tem por missão promover uma gestão assente nos valores da autonomia da Escola, na formação, envolvimento e desempenho individual de todos os recursos humanos, numa cultura de participação de alunos e pais e encarregados de educação no processo educativo e na promoção de uma rede de parcerias institucionais através de protocolos e projetos, com vista à melhoria dos resultados escolares e educativos dos alunos e da imagem institucional e social do Agrupamento.

2.2.2 Visão

O Agrupamento de Escolas de Mirandela, como unidade pública de ensino e de educação, pretende constituir-se num agrupamento de referência a nível educativo e formativo.

2.2.3 Objetivos estratégicos

O Agrupamento deve contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos, numa perspetiva integradora da consciência cívica com a aquisição do conhecimento, assente na promoção da excelência no estudo, na atitude de responsabilidade e na capacidade de autonomia e de empreendedorismo.

O Agrupamento pretende ainda ser uma referência na formação dos alunos, preparando-os para o prosseguimento de estudos e para a vida ativa.

A ação do Agrupamento está organizada em função de cinco dimensões de intervenção:

- a) Sucesso escolar
- b) Abandono escolar
- c) Extensão, deterioração e equipamentos das instalações do Agrupamento
- d) Envolvimento dos Encarregados de Educação no processo educativo
- e) Disciplina

Para cada uma delas, estabeleceram-se objetivos e foram delineadas ações/estratégias, cujos resultados serão objeto de avaliação contínua, durante o período de vigência do projeto educativo. A avaliação poderá levar aos ajustes necessários em função do que for considerado mais importante para alcançar o grande objetivo geral.













2.2.4 Princípios e valores

Para cumprir a sua missão, o Agrupamento estabelece como primado de uma Educação para a Excelência os valores da Equidade; Justiça; Cidadania; Responsabilidade; Solidariedade; Transparência; Inovação; Excelência e Empreendedorismo.

2.3 Estrutura orgânica da instituição e cargos associados

O Conselho Geral é um órgão colegial e estratégico na organização do Agrupamento de Escolas que contextualiza o posicionamento da escola no meio e através do qual se concretiza a intervenção dos diferentes membros da comunidade educativa em prol de uma educação pública de qualidade.

O Diretor constitui-se como órgão responsável pela gestão e administração do Agrupamento.

O Conselho Pedagógico é o órgão colegial de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa, constituído pelos docentes responsáveis pelas estruturas intermédias de coordenação pedagógica, nomeadamente departamentos e coordenações de diretores de turma, e por outros serviços do Agrupamento relevantes em termos da prestação do serviço educativo.

O Conselho Administrativo é o órgão administrativo e deliberativo no atinente às matérias administrativas e financeiras, a quem cabe a análise e acompanhamento da execução orçamental.

Assim, o Agrupamento rege-se segundo a forma de organização demonstrada no organigrama seguinte:





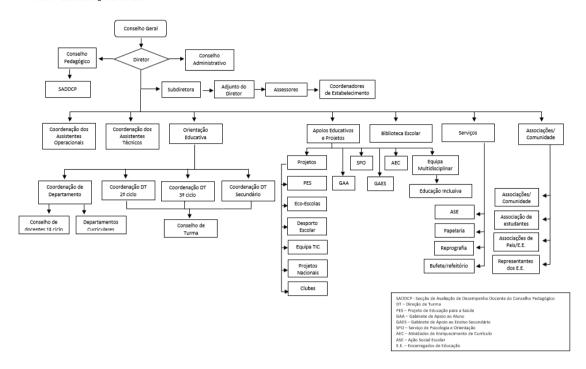








Anexo I - Estrutura orgânica do AEM



2.4 Partes interessadas relevantes para a gestão e melhoria da oferta de EFP

2.4.1 Identificação das Partes Interessadas Relevantes

A identificação das partes interessadas relevantes e suas necessidades e expetativas são, na ótica da política do Agrupamento, de elevada importância para garantir uma melhor integração dos jovens no mercado de trabalho, para prosseguimento de estudos e para se tornarem cidadãos conscientes e ativos.

Esta identificação de todas as partes interessadas relevantes deve ser realizada no ficheiro Identificação das necessidades e expetativas das partes interessadas.

Após a identificação das partes interessadas relevantes deve proceder-se à avaliação do impacto de cada uma das partes interessadas no operador de EFP e o impacto do operador de EFP na parte interessada.

De modo a objetivar-se o mais possível, deve ser utilizada a seguinte escala:

Classificação	Nível de impacto		
1	Pouco impacto		
2	Impacto moderado		
3	Impacto muito significativo		









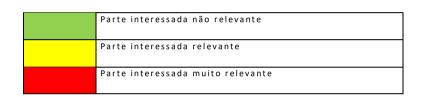






Do cruzamento entre o impacto do operador de EFP na parte interessada e da parte interessada no operador de EFP é determinado o impacto final, conforme matriz abaixo:





2.4.2 Resposta à identificação das necessidades e expetativas das partes interessadas

Para as partes interessadas classificadas como não relevantes, não é prioritária a identificação das suas necessidades e expetativas;

No caso das partes interessadas classificadas como relevantes, deve proceder-se à identificação das necessidades e expetativas das mesmas, no entanto pode o Agrupamento apenas recorrer a informação passiva;

Tratando-se de partes interessadas classificadas como muito relevantes, o Agrupamento deve proceder à identificação das necessidades e expetativas de forma ativa.

Após a identificação das necessidades e expetativas das partes interessadas relevantes e muito relevantes e com base nos dados recolhidos, o Agrupamento deve identificar quais as que são mais valorizadas pelas mesmas, devendo posteriormente identificar quais as que se encontram satisfeitas e quais as que são passíveis de melhoria.







9/21







2.5 Identificação da oferta de educação e formação profissional de nível IV para jovens

A estratégia global da União Europeia atribui um papel central às políticas de educação e de formação, tendo como objetivo o crescimento económico e a diminuição do desemprego, especialmente do desemprego jovem. Ao abrigo da Estratégia Europa 2020 foram emitidas orientações específicas para cada um dos Estados-Membros que incidem em seis domínios prioritários: aptidões e competências pertinentes e de qualidade, com incidência nos resultados da aprendizagem, visando a empregabilidade, a inovação e a cidadania ativa; educação inclusiva, igualdade, não discriminação e promoção das competências cívicas; um ensino e formação abertos e inovadores, nomeadamente através de uma plena adesão à era digital; apoio aos professores; transparência e reconhecimento das aptidões e qualificações para facilitar a mobilidade dos estudantes e dos trabalhadores; Investimento sustentável, desempenho e eficiência dos sistemas de educação e formação.

O Agrupamento de Escolas de Mirandela procura responder a estes desafios europeus, assumindose como uma entidade de excelência. Na definição das áreas de formação, o Agrupamento de Escolas de Mirandela orienta-se pela tutela, que identifica as prioridades formativas nacionais e regionais, através da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, elencadas no Sistema de Antecipação de Necessidades Formativas (SANQ). Posteriormente, e tendo como ponto de partida as prioridades formativas regionais consubstanciadas na rede formativa regional, o Agrupamento apresenta anualmente qual a oferta que melhor se adequa ao perfil da população escolar, tendo em conta as expectativas e os interesses dos alunos.

Assim, a oferta formativa dos cursos de educação e formação profissionais de nível 4 para jovens é a que está esplanada na tabela seguinte:

2016 / 2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
		Técnico de Informática / Instalação de Redes – 1 turma 21 alunos		
Técnico de Ge		iar de Saúde – 1 tur estão e Programação áticos – 1 turma 25	o de Sistemas	
Técnico de Turismo – 1 turma 20 alunos Técnico de Processamento e Controlo de Quali Alimentar – 1 turma 21 alunos				













- 2.6 Síntese descritiva da situação inicial da instituição face à garantia da qualidade e das opções tomadas no que se refere à conformidade com o Quadro EQAVET e análise SWOT
- 2.6.1 Síntese descritiva da situação inicial da instituição face à garantia da qualidade e das opções tomadas no que se refere à conformidade com o Quadro EQAVET

O Agrupamento de Escolas de Mirandela tem implementado um sistema de autoavaliação, avaliado pela equipa de autoavaliação. Conta com o envolvimento de todos os colaboradores na sua prossecução, tendo sido possível identificar diversas áreas de melhoria que têm vindo a ser tratadas.

Decorrente deste processo foram desenvolvidas diversas metodologias e aplicados questionários de avaliação da satisfação das partes interessadas que visam o apuramento de resultados de desempenho escolar dos alunos.

O Agrupamento de Escolas de Mirandela já possui diversas práticas e metodologias instituídas, que se enquadram no quadro EQAVET e que estão refletidas neste Documento Base, mas carece, no entanto, da aplicação sistemática de mecanismos que permitam a recolha de dados para os indicadores EQAVET.













2.6.2 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Equipamentos para desenvolver as aulas	- Promoção dos cursos com ex-alunos bem-sucedidos
 Pessoal docente com formação adequada Professores motivados que garantem elevando acompanhamento aos alunos Funcionamento da equipa pedagógica Equipas pedagógicas constantes Conteúdos e professores adequados 	- Reconhecimento dos alunos e dos cursos profissionais
- Estágio a partir do 10º Ano	- Acompanhamento por parte do SPO após a entrada dos alunos nos cursos profissionais
- Enfermeira a dar aulas	- Equipamentos informáticos
- Facilidades de colocar os alunos em FCT/recetividade das entidades	- Presença de docentes que não querem dar aulas aos cursos profissionais
- Simulação de entrevistas - Realização de manuais e procedimentos de hospital	- Maior envolvimento e comunicação com as empresas
- Feira profissional/mostra dos trabalhos às empresas	- Maior envolvimento dos Encarregados de Educação
- Interdisciplinaridade	- Os alunos evidenciam imaturidade na preparação para o mercado de trabalho (realizar o currículo, serem entrevistados para um trabalho, cuidado com a linguagem não verbal, onde podem procurar emprego, apresentação e serem mais multifacetados)
- Alunos com uma postura cada vez mais profissional com o passar dos módulos - Com a aproximação do final do curso aumenta o sentimento de família	- Oferta formativa de acordo com a SCMM faltam Ajudantes de Lar, Animadores, Cozinheiros, eletricistas - Ferramentas de processamento de textos e excel (há alunos a entregar trabalhos redigidos manualmente)
- Elevada consideração dos professores pelos alunos (p.e. uma aluna que recebeu o primeiro ordenado e quis oferecer um café às professoras	- Melhorar a proatividade, humildade, multifuncionalidade, relações interpessoais e conhecimento organizacional dos alunos em estágio
- Reencaminhamento dos alunos para as entidades parceiras de FCT	- Melhorar o envolvimento das empresas para além do estágio
- Alunos trabalhadores, motivados e educados - Quantidade de alunos a trabalhar depois de efetuarem estágio (3 na SCMM) - Bolsa de recrutamento na SCMM - Encontros com profissionais e ex-alunos da escola	- Alargar o âmbito das entidades parceira de FCT
- Relacionamento com o mercado de trabalho (visitas de estudo)	- Ter em atenção quem é nomeado como professor acompanhante da FCT para facilitar o acesso e a comunicação com as empresas
- Participação e envolvimento na discussão dos resultados da escola	- Envolver mais os EE
- Aulas na sala de snoze - Terapia sensorial - Semana aberta para apresentação das PAPs	- Rever a forma de sinalização ou não de casos sociais
Oportunidades	Ameaças
- Ensino de qualidade e muito prático	- Estigma dos professores contra os cursos profissionais
- Capacidade instalada ao nível dos recursos humanos e de equipamento)	- Concorrência externa
- Boa rede de parceiros na comunidade	- Regras de financiamento diferentes entre os centros de formação públicos e privados













A promoção da qualidade numa instituição tem que se refletir na promoção de uma cultura em que comportamentos, atitudes, atividades e métodos contribuem para dar resposta às necessidades e as exigências de todos os interessados. A candidatura, apresentada pelo AEM, ao processo de alinhamento com o quadro EQAVET evidencia o compromisso do agrupamento com o aumento da qualidade da oferta de educação e formação profissional reconhecendo-o como uma ferramenta que pode ajudar a instituição a diferentes níveis:

- Aumentar a satisfação de alunos e restantes stakeholders através de uma melhoria da qualidade da formação dada, e
- Reforçar a imagem, eficácia e organização interna da instituição.

Após o diagnóstico dos dados relativos aos ciclos de formação 2014/17 e 2015/18 e da análise SWOT, o agrupamento definiu estratégias e elaborou um plano de ação que se encontra anexo ao documento base, no sentido de implementar um sistema de melhoria contínua que se apresenta no ponto seguinte deste documento.

O AEM considerou prioritário intervir ao nível:

- Redução do abandono e diminuição da taxa de desistências;
- Aplicação e análise de inquéritos sobre os interesses e as expetativas dos alunos;
- Maior envolvimento dos Encarregados de Educação;
- Aplicação e análise de inquéritos sobre a satisfação dos stakeholders externos (instituições que disponibilizam FCT e empregadores);
- Promoção/valorização dos cursos na comunidade escolar e local;
- Promoção dos cursos no tecido empresarial e aumento da taxa de empregabilidade;
- Consolidação de uma rede de instituições que contribuam para a formação técnica e pessoal dos formandos (parcerias/protocolos para visitas de estudo, workshops, estágios/FCT).













3 SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE DE ALINHAMENTO COMO QUADRO EQAVET

A candidatura ao processo de alinhamento com o Quadro EQAVET que aqui se apresenta evidencia o compromisso do Agrupamento com o aumento da qualidade da oferta e da melhoria contínua.

O envolvimento de todas as partes interessadas, a definição de objetivos e metas, a monitorização dos indicadores, a implementação de ações de melhoria e a revisão de todas metodologias e processos são o garante da implementação dos Critérios de Qualidade e dos Princípios EQAVET

3.1 Metodologias de participação e envolvimento das partes interessadas para a melhoria contínua da oferta de EFP

O Agrupamento de Escolas de Mirandela considera de elevada importância o feedback de todas as partes interessadas, em especial as muito relevantes, no sentido de poder tomar medidas de melhoria contínua e, assim, melhorar a sua atratividade e desempenho.

No planeamento e concretização do seu processo pedagógico, a instituição envolve as diversas partes interessadas relevantes, nomeadamente, docentes, alunos, EE e autarquia, ao nível do ajustamento da formação em contexto de trabalho e do desenvolvimento dos temas unificadores, otimizando a relação atividades-recursos, integrando-o numa política de empregabilidade e de responsabilidade social.

Para além de reuniões, defesas de Provas de Aptidão Profissional, avaliações das Formações em Contexto de Trabalho, contactos diretos ou indiretos, periodicamente são ainda aplicados questionários de avaliação da satisfação às partes interessadas relevantes, cujos resultados são tratados estatisticamente e despoletadas ações de melhoria sempre que considerado viável e relevante à melhoria da qualidade dos serviços de educação prestados. Esporadicamente são ainda aplicados questionários aos alunos para algumas atividades específicas.













3.2 Identificação das responsabilidades atribuídas no âmbito da garantia da qualidade no quadro da instituição

A atribuição de responsabilidades no sistema de garantia da qualidade, por um lado, deve ser bastante diversificada mas, por outro, é necessário a definição e a atribuição concreta de responsabilidades claramente identificadas, para que cada interveniente tenha noção do seu papel e das metas concretas que ele envolve, e para que possa, assim, assumir a responsabilidade pela sua concretização.

3.2.1 Partes Interessadas Internos:

Direção: cooperação com as partes externas interessadas (seleção de entidades a contactar, celebração de protocolos de colaboração, agendamento e dinamização de reuniões); estabelecimento da oferta formativa e formalização da ligação ao Ministério da Educação e à ANQEP; estabelecer os objetivos estratégicos e metas a atingir; definir e validar os questionários de avaliação da satisfação das partes interessadas.

Alunos: colaboração na identificação de necessidades locais a refletir na oferta formativa; colaboração na avaliação da oferta formativa, na avaliação das saídas profissionais e do prosseguimento de estudos.

Docentes: colaboração na identificação de necessidades locais a refletir na oferta formativa; frequência de formação para desenvolvimento de competências necessárias à oferta formativa; colaboração no combate aos principais problemas detetados na análise dos indicadores.

Diretores de Turma: colaboração no estabelecimento de uma visão estratégica comum que envolva alunos e Encarregados de Educação; consulta de alunos e Encarregados de Educação através da aplicação de questionários; colaboração no combate aos principais problemas detetados na análise dos indicadores, nomeadamente à desistência e abandono escolar.

Pessoal não docente: colaboração na criação dum ambiente escolar propício ao sucesso.

3.2.2 Partes Interessadas Externos:

Pais e Encarregados de educação: colaboração na identificação de necessidades locais a refletir na oferta formativa.

Entidades empregadoras e de estágio: colaboração na identificação de necessidades locais a refletir na oferta formativa. Parceria em ações formativas de docentes e alunos; estabelecimento de protocolos de estágio dos alunos.

Autarquias locais e Instituições públicas: colaboração no estabelecimento de uma visão estratégica comum, nomeadamente no que diz respeito à facilitação da comunicação entre a escola e outras partes interessadas externos, colaboração na identificação de necessidades locais a refletir na oferta formativa; estabelecimento de protocolos de estágio dos alunos.













3.3 Objetivos, indicadores e metas a alcançar na gestão da oferta de EFP a partir dos objetivos estratégicos e estratégias de monitorização

O Agrupamento de Escolas de Mirandela no seguimento das prioridades de intervenção e como indicadores estratégicos reconheceu indicadores de monitorização, que contribuem para alertar face a possíveis desvios, e indicadores de resultado (EQAVET).

Indicadores de Monitorização	Meta (1 Ano)	Meta (3 Anos)
- Taxa de procura em Cursos EFP	80 %	82 %
- Taxa de absentismo em Cursos EFP	10 %	8 %
- Taxa de desistência em Cursos EFP	25 %	20 %
- Taxa de sucesso em Cursos EFP	75 %	80 %
- Taxa de satisfação dos alunos		3.5
- Taxa de satisfação dos encarregados de educação	Os dados vão ser recolhidos pela primeira vez no 2019/20	3.5
- Taxa de satisfação dos colaboradores		3.5
- Taxa de satisfação das entidades de acolhimento de FCT		

Indicadores de resultado (EQAVET)	Meta (1 Ano)	Meta (3 Anos)
Indicador 4a) – Conclusão dos cursos	72 %	75 %
Indicador 5a) – Colocação dos diplomados *	32 %	35 %
Indicador 5a) – Prosseguimento de estudos	44 %	45 %
Indicador 6a) – Ocupação dos diplomados	30 %	35 %
Indicador 6b3) - Satisfação dos empregadores	3.5	3.8

f * Alunos empregados, a frequentar estágios profissionais ou à procura de emprego

O Agrupamento de Escolas de Mirandela realiza a monitorização destes indicadores a fim de analisar, medir e monitorizar o grau de implementação do Quadro EQAVET e irão ser revistos anualmente em reunião de revisão.













3.4 Resultados alcançados e melhorias a introduzir na gestão da EFP

Tendo por base os dados recolhidos pela escola relativamente aos ciclos formativos 2014 -17 e 2015-18, o AEM teve como oferta formativa, respetivamente, os cursos de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (TGPSI) e Técnico Auxiliar de Saúde (TAS) e os de Técnico de Multimédia (TM) e Técnico Auxiliar de Saúde (TAS).

No **ciclo formativo 2014-2017** entraram 21 alunos no primeiro ano da turma TGPSI e 19 alunos na turma TAS, tendo concluído 14 e 18 alunos, respetivamente. No final do primeiro ano transitaram 18 alunos (85,7%) no curso TM e 19 alunos (100%) no curso TAS; no final do segundo ano a taxa de transição foi de 94.4% e de 100%, respetivamente.

No **ciclo formativo 2015-2018** entraram 26 alunos no curso TM e 25 no curso TAS no primeiro ano e concluíram o curso 20 e 18 alunos, respetivamente. No final do primeiro ano registou-se uma taxa de transição de 80.8% no curso TM e de 96% no curso TAS e no final do segundo ano a taxa de transição foi de 85.7% e 87.5%, respetivamente.

De seguida apresentam-se os dados recolhidos relativamente aos Indicadores selecionados pelo EQAVET para os dois ciclos formativos referidos atrás.

Indicador 4a) Taxa de Conclusão dos Cursos	Descrição do indicador	2014/2017	2015/2018
Número total de ingressos	№ de alunos SIGO	32	59
Taxa de conclusão no tempo previsto	№ de alunos que concluem o curso/№ de alunos que ingressam x 100	71.1%	64.4%
Taxa de desistência	Nº de alunos que anulam a matrículas / Nº Tota de alunos do EP x 100	28.9%	23.7%
Taxa de não aprovação	Nº de alunos que chegaram ao fim do curso, mas não o concluíram/№ de alunos que ingressam x 100	0%	11,9%

Indicador 5a) Colocação após Conclusão dos Cursos	2014/2017	2015/2018
Número total de diplomados	32	38
Taxa de diplomados empregados	28.2%	29%
Taxa de diplomados a frequentar estágios profissionais	3.1%	0%
Taxa de diplomados à procura de emprego	0%	10.5%
Taxa de diplomados a frequentar o ensino superior	18.8%	7.9%
Taxa de diplomados a frequentar formação de nível pós secundário	25,0%	42.1%
Outras situações	6.2%	2.6%
Situação desconhecida	18.8%	7.9%

Indicador 6a) Diplomados a exercer profissões relacionadas com o curso /AEF	2014/2017	2015/2018
Diplomados a trabalhar por conta de outrem	7 (21.9%)	11 (28.9%)
Diplomados a trabalhar por conta própria	2 (6.3%)	0
Taxa de diplomados que exercem funções relacionadas com o curso/AEF	33.3%	45,5%
Taxa de diplomados que exercem funções não relacionadas com o curso/AEF	66.7%	54.6%















Indicador 6b3) Satisfação dos Empregadores	2014/2017	2015/2018
Número de inquéritos respondidos pelos empregadores	3	8
Média de satisfação dos empregadores na área do curso/AEF - TGPSI	Sem dados	
Média de satisfação dos empregadores fora da área do curso/AEF - TGPSI	Sem dados	
Média de satisfação dos empregadores na área do curso/AEF - TAS	3.3	3.68
Média de satisfação dos empregadores fora da área do curso/AEF - TAS	4	3.88
Média de satisfação dos empregadores na área do curso/AEF - TM		3.65
Média de satisfação dos empregadores fora da área do curso/AEF - TM		3.65

Estes dados encontram-se registados na plataforma da Garantia da Qualidade. A partir da sua análise não só foi possível verificar um aumento da procura dos cursos profissionais por parte dos alunos (de 32 para 59 alunos) como também um aumento da empregabilidade dos mesmos (de 9 para 11 alunos). Uma boa parte dos alunos que concluem os cursos profissionais optam por prosseguir estudos pós-secundários (CET) ou superiores (licenciatura) o que reflete o reconhecimento que estes têm necessidade de continuar a investir na sua formação. Constatou-se uma procura de alunos diplomados na área de formação do curso de Técnico Auxiliar de Saúde com uma taxa de empregabilidade de 71,4% na área de formação (5 alunos num total de 7 que se encontram a trabalhar). Relativamente ao nível de satisfação dos empregadores podemos constatar uma melhoria na satisfação global.













3.5 Identificação dos descritores EQAVET/práticas de gestão a utilizar

Os descritores a usar são os que constam do anexo I da Guia de Alinhamento com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais, nas quatro fases do ciclo de garantia e melhoria da qualidade.

Práticas de Gestão da EFP	Fase		
P1 As metas/objetivos estabelecidos pelo operador estão alinhados com as políticas europeias, nacionais e regionais. P2 As ações delineadas traduzem a visão estratégica partilhada pelos stakeholders internos e externos. P3 A relação entre as metas/objetivos estabelecidos e a sua monitorização através dos indicadores é explícita. P4 A atribuição de responsabilidades em matéria de garantia da qualidade é explícita. P5 Parcerias e iniciativas de cooperação com outros operadores são planeadas. P6 O sistema de garantia da qualidade em uso é explícito e conhecido pelos stakeholders internos e externos. P7 Os profissionais participam, desde o início, no planeamento dos diferentes aspetos da oferta formativa, incluindo o processo de garantia da qualidade. P8 Os profissionais participam, desde o início, no planeamento dos diferentes aspetos da oferta formativa, incluindo o processo de garantia da qualidade. P8 Os profissionais friternos e externos são consultados na identificação e análise de necessidades locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da oferta formativa. P9 Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados. P10 Os recursos humanos e materials/financiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. 13 Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. 14 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos. A2 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão i			Práticas de Gestão da EFP
P1	Ciclo		
P2 As ações delineadas traduzem a visão estratégica partilhada pelos stakeholders internos e externos. P3 A relação entre as metas/objetivos estabelecidos e a sua monitorização através dos indicadores é explícita. P4 A atribuição de responsabilidades em matéria de garantia da qualidade é explícita. P5 Parcerias e iniciativas de cooperação com outros operadores são planeadas. P6 Os sistema de garantia da qualidade em uso é explícito e conhecido pelos stakeholders internos e externos. P7 Os profissionais participam, desde o início, no planeamento dos diferentes aspetos da oferta formativa, incluindo o processo de garantia da qualidade. P8 Os stakeholders internos e externos são consultados na identificação e análise de necessidades locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da oferta formativa. P9 Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados. P10 Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. Ações de formação contínua são disponibilizadas com os stakeholders internos e externos, é organizado com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. 13 Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. 14 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. 15 As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. 16 Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos para melhorar o seu desempenho. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos. A2 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos estão instituídos om os stakeholders internos e externos e		P1	
P3 A relação entre as metas/objetivos estabelecidos e a sua monitorização através dos indicadores é explícita. P4 A atribuição de responsabilidades em matéria de garantia da qualidade é explícita. P5 Parcerias e iniciativas de cooperação com outros operadores são planeadas. P6 O sistema de garantia da qualidade em uso é explícito e conhecido pelos stakeholders internos e externos. P7 Os profissionais participam, desde o início, no planeamento dos diferentes aspetos da oferta formativa, incluindo o processo de garantia da qualidade. P8 locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da oferta formativa. P9 Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados. P10 Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. 11 Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. 12 Ações de formação continua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. 13 Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. 14 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos A2 Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estáo instituídos com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 Me		P2	As ações delineadas traduzem a visão estratégica partilhada pelos stakeholders internos e
P4 A atribuição de responsabilidades em matéria de garantia da qualidade é explícita. P5 Parcerias e iniciativas de cooperação com outros operadores são planeadas. P6 Os istema de garantia da qualidade em uso é explícito e conhecido pelos stakeholders internos e externos. P7 Os profissionais participam, desde o início, no planeamento dos diferentes aspetos da oferta formativa, incluindo o processo de garantia da qualidade. P8 locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da oferta formativa. P9 Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados. P10 Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. P11 Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. P12 Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. P13 Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. P14 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. P15 As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. P16 Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados como satkeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. P16 At autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizados com os stakeholders internos e externos na avaliação externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. P17 At autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e externos e identificas as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. P17 As melhorias a introduz		Р3	A relação entre as metas/objetivos estabelecidos e a sua monitorização através dos indicadores é
P5 Parcerias e iniciativas de cooperação com outros operadores são planeadas. O sistema de garantia da qualidade em uso é explícito e conhecido pelos stakeholders internos e externos. P7 Os profissionais participam, desde o início, no planeamento dos diferentes aspetos da oferta formativa, incluindo o processo de garantia da qualidade. Os stakeholders internos e externos são consultados na identificação e análise de necessidades locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da oferta formativa. P8 Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados. O processo de autoavaliação, consensualizado com os stakeholders internos e externos, é organizado com base na informação produzida pelos indicadores selecionados. 11 Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. 12 Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. 13 Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. 14 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. 15 As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, eatâ o aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação externos e identifica as melhorias a introduzir en função da análise da informação produzida. A5 Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos. A6 autoavaliação periódica us melhorias a introduzir, em		P4	'
Os stakeholders internos e externos são consultados na identificação e análise de necessidades locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da oferta formativa. P9 Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados. P10 Oprocesso de autoavaliação, consensualizado com os stakeholders internos e externos, é organizado com base na informação produzida pelos indicadores selecionados. Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. I4 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. I5 As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 A autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. Os resultados da avaliação e os procedimentos	\$		
Os stakeholders internos e externos são consultados na identificação e análise de necessidades locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da oferta formativa. P9 Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados. P10 Oprocesso de autoavaliação, consensualizado com os stakeholders internos e externos, é organizado com base na informação produzida pelos indicadores selecionados. Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. I4 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. I5 As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 A autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. Os resultados da avaliação e os procedimentos	amen		O sistema de garantia da qualidade em uso é explícito e conhecido pelos stakeholders internos e
Os stakeholders internos e externos são consultados na identificação e análise de necessidades locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da oferta formativa. P9 Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados. P10 Oprocesso de autoavaliação, consensualizado com os stakeholders internos e externos, é organizado com base na informação produzida pelos indicadores selecionados. Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. I4 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. I5 As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 A autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. Os resultados da avaliação e os procedimentos	lanea	P7	Os profissionais participam, desde o início, no planeamento dos diferentes aspetos da oferta
P9 Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados. O processo de autoavaliação, consensualizado com os stakeholders internos e externos, é organizado com base na informação produzida pelos indicadores selecionados. Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. 12 Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. 14 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. 15 As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos A2 Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos. A3 Os resultados da avaliação são discutidos com os stakeholders internos e externos. A autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 Melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. C5 resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. O feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. Os resultados da av	<u> </u>	P8	Os stakeholders internos e externos são consultados na identificação e análise de necessidades locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da
P10 O processo de autoavaliação, consensualizado com os stakeholders internos e externos, é organizado com base na informação produzida pelos indicadores selecionados. 11		Р9	Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos
11 Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. 12		P10	O processo de autoavaliação, consensualizado com os stakeholders internos e externos, é
Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais. Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os stakeholders externos para melhorar o seu desempenho. I4 As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação. I5 As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos. Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos. A3 Os resultados da avaliação são discutidos com os stakeholders internos e externos. A4 autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. Os resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. O feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.		I1	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos A2 Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos. A3 Os resultados da avaliação são discutidos com os stakeholders internos e externos. A4 autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. C5 resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. C6 feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. C7 R2 Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.	ação	12	Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento
Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos A2 Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos. A3 Os resultados da avaliação são discutidos com os stakeholders internos e externos. A4 autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. C5 resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. C6 feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. C7 R2 Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.	nent	13	Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram
Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos A2 Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos. A3 Os resultados da avaliação são discutidos com os stakeholders internos e externos. A4 autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. C5 resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. C6 feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. C7 R2 Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.	ler	14	
Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido. A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos A2 Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos. A3 Os resultados da avaliação são discutidos com os stakeholders internos e externos. A4 autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. C5 resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. C6 feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. C7 R2 Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.	lπ		
A1 Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos A2 Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos. A3 Os resultados da avaliação são discutidos com os stakeholders internos e externos. A4 autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. COS resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. O feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. OS resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.	_		Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os stakeholders
A2 Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação estão instituídos. A3 Os resultados da avaliação são discutidos com os stakeholders internos e externos. A4 autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida. A5 As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. C5 resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. C6 feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. C7 of feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. C8 of resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.		۸1	
As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. R1 Os resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. R2 O feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. R3 Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.	0		Mecanismos que garantam o envolvimento dos stakeholders internos e externos na avaliação
As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. R1 Os resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. R2 O feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. R3 Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.	ıçã	A3	
As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos stakeholders internos e externos. R1 Os resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. R2 O feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. R3 Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.	Avalia		A autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os stakeholders internos e
R1 Os resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os stakeholders são tornados públicos. R2 O feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. R3 Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.		A5	As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos
R2 O feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes. R3 Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.		R1	Os resultados da avaliação e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes
adequados.	isão	R2	O feedback dos stakeholders internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas
·	Rev	R3	Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação
		R4	

Cofinanciado por













3.6 Formas e periodicidades para a divulgação de melhorias da oferta de EFP

A equipa de autoavaliação desenvolveu o seu trabalho de acordo com os objetivos definidos no início do ano letivo. Ao longo do ano letivo foram realizadas reuniões entre a equipa e a direção da escola com o objetivo de delinear estratégias que conduzissem a processos de melhoria do agrupamento.

No final do relatório são indicados pontos fortes, pontos fracos e oportunidades de melhoria do agrupamento que deverão ser objeto de análise e reflexão de todos os que o integram, direta ou indiretamente.

A par deste relatório da equipa de autoavaliação, os resultados alcançados são partilhados com todas as partes interessadas (através de sítio da escola, redes sociais, afixação em local próprio, moodle, rede interna, participação em eventos locais e regionais, reuniões, debates, *focus group*, Conselho Pedagógico e Conselho Geral, por exemplo) para a estimular o contributo na identificação de ações de melhoria.













4 Conclusões

A elaboração deste documento base mostrará como o agrupamento pretende realizar o processo de alinhamento com o quadro EQAVET. Sempre baseado no ciclo PDCA (Plan-Do-Check-Act), a sua implementação no terreno e garantia da melhoria contínua e de todos os objetivos consagrados será realizada em três etapas:

Etapa A Definir e planear o processo de alinhamento com o Quadro EQAVET	Etapa B Desenvolver o processo de alinhamento com o Quadro EQAVET	Etapa C Relatar o processo de alinhamento com o Quadro EQAVET
Identificar os stakeholders/partes interessadas relevantes para a garantia da qualidade no quadro da missão e contexto de intervenção da sua instituição.	Monitorização do Plano de ação.	Elaboração do Relatório do Operador.
Comunicar, envolver e mobilizar os stakeholders internos e externos para um entendimento partilhado sobre o Quadro EQAVET: Realização de workshops/ seminários envolvendo a comunidade educativa; e Divulgação da informação sobre alinhamento com o EQAVET através de email institucional e site.	Identificação e otimização das ferramentas existentes para recolha de indicadores.	Monitorização do plano.
Identificar o nível de intervenção de cada stakeholders (Alinhar A1), as sedes e os momentos em que o diálogo institucional ocorre, garantindo uma corresponsabilização pelo processo de melhoria contínua.	Monitorização do conjunto de indicadores selecionados.	Divulgação da evolução e dos resultados da implementação do plano.
Equipa do projeto – rever ou integrar mais elementos/intervenientes no processo de acordo com as necessidades identificadas.	Reflexão sobre os resultados em relação aos indicadores EQAVET, indicadores intermédios e indicadores do Plano de Ação.	Processo de verificação de conformidade com o Quadro EQAVET, após submissão da documentação necessária na plataforma.
Desenvolver diagnóstico da situação atual face à garantia da qualidade, pelo confronto com os referentes do processo de alinhamento com base no Anexo 1: Referencial para o alinhamento com o Quadro EQAVET designadamente em relação aos quatro critérios de qualidade correspondentes a cada uma das fases do ciclo de qualidade e aos descritores indicativos, bem como relativamente ao conjunto de indicadores EQAVET selecionados.	Consensualização das melhorias e definição do Plano de Melhorias.	
Desenvolvimento do Documento Base e do Plano de Ação, com a definição de objetivos para o alinhamento com metas quantificadas ou descritivas a atingir, associadas aos objetivos de curto e médio prazo e às respetivas atividades enunciadas.	Elaboração e disponibilização de informação sobre o projeto e Plano de Melhorias – plano de comunicação.	





